

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2022.

No dia 20 de Julho de 2022 reuniram-se, às 13:42 hs, presencialmente Fátima A. Belani – Presidente do IPREM e Daniel Ribeiro Vieira - Membro do Comitê de Investimentos, por video conferência pelo aplicativo Meet: Juliana Máris Graciano Parreira – Secretária do Comitê de Investimento do IPREM, Nicholas Ferreira da Silva – Presidente do Conselho Fiscal do IPREM e Danielle Laraia de Barros Cobra Rodrigues - Presidente do Conselho Deliberativo do IPREM. Participou da reunião, a servidora Anelisa Oliva, assessorando na análise dos cenários e dos investimentos do Instituto. Assim, foi iniciada a apreciação da pauta a seguir descrita:

- 1 Leitura do relatório de aderência da carteira investimentos à Política anual de Investimentos;
- 2 Apresentação das Receitas e Despesas Previdenciárias de Junho de 2022;
- 3 Atualização sobre o fundo Monte Carlo;
- 4 Atualização sobre o fundo LA Shopping;
- 5 Atualização sobre o fundo Sicília;
- 6 Auditoria do fundo Conquest;
- 7 Movimentação da Carteira.

Com relação ao item 1: Anelisa fez a apresentação do relatório de aderência da carteira de investimentos à Política anual de Investimentos, referente a Junho/2022, que se encontra anexa à ata. Todos os membros presentes aprovaram o relatório. Fátima solicitou demonstrar no gráfico da carteira ilíquida as amortizações e as reprecificações negativas dos fundos. Portanto no próximo relatório será apresentado um gráfico mostrando a oscilação de saldos dos últimos 12 meses. Foi discutida a alteração da categoria dos títulos públicos que estão marcados a mercado para marcação na curva. Daniel pesquisou uma consulta no Gescon nº L1936642021. A consulta será estudada para a possibilidade de alteração da categoria. Nicholas sugeriu destacar no relatório do Parecer os valores de rentabilidade negativa e positiva dos fundos, ou seja, não apresentar apenas os percentuais e sim informar os números, para fins de monitoramento.

Com relação ao item 2: Juliana apresentou as receitas e despesas orçamentárias da fonte de recurso fonte 103. No período de junho as receitas orçamentárias fonte 103 oriundas de recebimento de contribuições previdenciárias e COMPREV totalizou o valor de R\$ 4.821.160,75. A despesa orçamentária empenhada fonte 103 e 203 oriunda de despesas como aposentadorias, pensões, COMPREV e sentenças judiciais totalizou o valor de R\$ 7.887.013,62. A despesa orçamentária paga fonte 103 e 203 foi de R\$ 5.315.335,33. No mês de junho houve empenho da primeira parcela do 13º salário e foi pago no mês de julho. Considerando a receita com os empenhos efetuados, obtemos um déficit de R\$ 3.065.852,87. Considerando a receita com os pagamentos efetuados houve um déficit no valor de R\$ 494.174,58. Juliana fez uma sugestão de alterar a lei do IPREM para que as receitas de contribuição da 1ª parcela de 13º sejam arrecadadas na competencia do fato







gerador (junho ou julho) e não tem dezembro. Pois há um dispêndio significativo em junho sendo que a arrecadação é apenas em dezembro.

Com relação ao item 3: A Véritas, na qualidade de gestora do fundo Monte Carlo, encaminhou consulta formal, cuja pauta era a amortização através da entrega da totalidade de cotas do FIP CONQUEST ou cisão do Fundo. O IPREM optou por reprovar, considerando que as duas opções são complexas e devem ser melhor discutidas, pois a gestora informou que não tratou com a CVM sobre a opção da cisão do fundo Monte Carlo, com a criação de novo fundo. Qualquer uma das medidas precisaria de um aval da Secretaria de Previdência e CVM. No dia 28 de junho a RJI encaminhou a ata da consulta formal. Participaram da consulta formal cotistas detentores de 55,42% das cotas. Cotistas detentores de cotas que representam 14,98% do Patrimônio do Fundo votaram favoravelmente pela amortização com a entrega da totalidade de cotas do FIP CONQUEST; cotistas detentores de 34,31% das cotas do Fundo votaram pela cisão do Fundo, enquanto que cotistas representantes de 6,13% das cotas em circulação reprovaram tanto a amortização quanto a cisão. Com isso, foi aprovada a cisão do Fundo. O IPREM detém 5,47% das cotas. No dia 11 de julho a RJI encaminhou Fato Relevante, informando que e foi concluída, no fechamento do dia 07 de julho de 2022, a cisão do FUNDO, com a consequente constituição de novo Fundo de Investimentos, denominado CONQUEST FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – EM LIQUIDAÇÃO, inscrito no CNPJ sob nº 47.024.556/0001-81, também sob Administração da RJI e Gestão da VCM GESTÃO DE CAPITAL LTDA., conforme aprovado em Consulta Forma. Em consulta ao site da CVM foi verificado que o fundo já está registrado com Patrimônio de -R\$ 13.532.239,17. Juliana Máris sugeriu que seja realizada consulta à Secretaria de Previdência por meio do Gescon para verificar a regularidade da cisão e de que forma se dará o registro do fundo na contabilidade e no Cadprev, visto que o fundo foi criado com patrimônio negativo. Sugerindo também que não sejam feitos registros até que obtenhamos uma resposta da secretaria.

Com relação ao item 4: No dia 29 de junho de 2022, o IPREM respondeu a Consulta Formal do fundo LA Shopping, referente "(i) A aprovação das contas e demonstrações contábeis do Fundo, acompanhadas do respectivo relatório do auditor independente, relativas ao exercício social 31 de dezembro de 2021." Após análise das Demonstrações Financeiras e considerando que reprovamos as demonstrações financeiras de 2020, o IPREM rejeitou o item. No dia 06 de julho, o BTG na qualidade de administrador do fundo, encaminhou ata de apuração da consulta formal. Foram recebidas respostas à Consulta Formal de Cotistas representando 63,05% das Cotas de emissão do Fundo, 96,89% dos cotistas aprovaram o item e 3,11% reprovaram. Com isso, as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela maioria dos cotistas. O IPREM detém 3,11% das cotas.

Com relação ao item 5: A Diretora Presidente informou que o fundo Sicília foi liquidado, mas até o momento não recebemos nenhum ativo. Em abril Daniel entrou em contato com a B3 perguntando sobre a transferência de titularidade das Debêntures da M Invest (MINV11), a B3 respondeu que nesse caso devemos procurar o agente fiduciário, Orla DTVM. Mas segundo informações levantadas a Orla DTVM não existe mais. No dia 10 de maio Adriana da RJI respondeu que "Estamos de toda forma nos esforçando para resolver essa questão, já que a Orla, agente fiduciário, não existe mais, e a B3/CETIP, não nos presta a informação,







já que não somos agente fiduciário." Anelisa entrou em contato com Fernanda, do escritório Medeiros & Medeiros Administração Judicial, responsável pela habilitação da massa falida da M Invest, perguntando se havia pedidos de habilitação de crédito em nome do IPREM ou do fundo. Fernanda respondeu que, "Consultando o nosso sistema, não localizei nenhum pedido de habilitação de crédito em nome do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre. Não localizei valor habilitado, tampouco pedido de habilitação de crédito em nome do fundo SICÍLIA RENDA FIXA LONGO PRAZO também" Considerando que o fundo foi liquidado em Outubro de 2021 e o insucesso nas últimas tentativas, a Diretora Presidente solicitou que seja realizada consulta ao Sr. Luiz Gonzaga, da Secretaria de Previdência, por meio do Gescon, relatando as tentativas de receber os ativos e solicitando orientações.

Com relação ao item 6: Fátima apresentou que o IPREM recebeu uma notificação de auditoria da SPREV por email sobre o fundo Conquest. O prazo para envio da documentação é até de 29/07/2022. O IPREM está juntando todas as documentações solicitadas.

Com relação ao item 7:

A) Daniel compartilhou o estudo de ALM, elaborado pela LDB, que recomenda a compra de aproximadamente 150 milhões de Títulos Públicos. O estudo sugere aplicar 10 MM em NTN-b 2035, 40 MM em NTN-b 2040, 45 MM em NTN-b 2045 e 76 MM em NTN-b 2050. Durante a elaboração do estudo, já adquirimos 10 MM de NTN-b 2035. Neste estudo foi considerado a carteira ilíquida, por isso foi recomendado compra de Títulos mais longos, mas não sabemos exatamente a proporção de precificação que ainda vai ocorrer na carteira ilíquida. Com isso, não é sensato investir um valor tão alto até 2050. Foi solicitado ao Richard, da ETAA (Assessoria Atuarial do IPREM) um estudo para embasar a compra de Títulos Públicos até a aprovação da Lei do equacionamento do déficit, porém Richard ainda não respondeu. Diante dos argumentos expostos, Daniel recomenda a compra de Títulos com vencimento até 2032. Foi compartilhado a posição do fundo CAIXA BRASIL IMAB 5, que em julho está com uma rentabilidade negativa de -R\$ 408.163.67. Daniel explicou que a curva de juros curta (Imab 5) está abrindo, por questões políticas, eleições e risco fiscal com a PEC das Bondades. Quando a curva de juros abre os Títulos Públicos marcados a mercado têm desempenho negativo. Sugere resgatar do fundo Imab 5 da Caixa e Itaú, para comprar títulos e marcá-los na curva e não teríamos desempenho negativo no mês. Daniel explicou que temos aproximadamente 156 MM de liquidez imediata nos fundos Gestão Estratégica, Imab 5 e Global Dinâmico. Devemos aproveitar a taxa superior a 6%, até as eleições em outubro, porque após esse período a tendência é a curva fechar e estabilizar. Sugere comprar aproximadamente 70 MM de Títulos Públicos com vencimento de 2027 a 2032. Juliana questionou sobre a liquidez dos títulos, Daniel disse que em 2023 o IPREM terá 20 MM de NTN-b vencendo e explicou que caso haja necessidade e comunicação com parecer positivo da Secretaria de Previdência para venda dos títulos nada impede de vendê-los antes do vencimento. Atualmente temos 150 MM em Títulos Públicos, mas 60MM já vencem em 2023 e 2024. A unanimidade dos membros concordou com a compra de aproximadamente 70 MM em Títulos Públicos entre 2027 e 2032 com taxa superior a 6%, até outubro deste ano. Foi aprovado a compra de 2.500 unidades de NTN-b 2032 com taxa superior a 6%, o valor para compra será resgatado dos fundos Imab 5 da Caixa e do Itaú,







sendo aproximadamente 5 MM de cada.

B) Daniel informou que no dia 15 de agosto será pago cupom de NTN-b com vencimento par, no valor aproximado de 2MM. A reunião do Comitê de Investimentos está marcada para o dia 17 de agosto. Com isso, sugere que esse valor seja aplicado em um fundo DI, para não perder rentabilidade e em um momento oportuno poderá ser discutida uma oportunidade de rentabilidade melhor. O fundo DI com melhor desempenho da carteira é o BB PREV PERFIL. Portanto sugere aplicação do valor nesse fundo. Juliana perguntou se o fundo está credenciado e Daniel confirmou que sim. A unanimidade dos membros aprovou a movimentação.

Terminada a reunião às 15:56 hs. e não havendo mais nada a deliberar eu, Juliana Máris Graciano Parreira, lavrei a presente Ata que, após lida, segue assinada por mim e demais membros presentes. Pouso Alegre MG, 20 de julho de 2022.

FATIMA APARECIDA

Assinado de forma digital BELANI:45034800659 por FATIMA APARECIDA
BELANI:45034800659

> <u>Fátima A. Belani</u> Presidente

Juliana Máris Graciano Parreira Secretária

> NICHOLAS Assinado de forma FERREIRA DA FERREIRA DA SILVA:065720 SILVA:06572070638 Dados: 2022.08.08 70638

Nicholas Ferreira da Silva Membro

DANIELLE LARAIA DANIELLE LARAIA
DE BARROS COBRA
RODRIGUES:848011
15691

Assinado de forma digital pr
DANIELLE LARAIA DE BARRO
COBRA
RODRIGUES:84801115691
Dados: 2022.08.08 16:10-43
-03'00'

Danielle Laraia de B. Cobra Rodrigues Membro

DANIEL RIBEIRO VIEIRA:

Assinado digitalmente por DANIEL RIBEIRO VIEIRA:07453549639 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, CN=DANIEL RIBEIRO VIEIRA:07453549639 Razão: Eu sou o autor deste docume 07453549639 assinatura aqui Foxit Reader Versão: 10.1.0

Daniel Ribeiro Vieira Membro







PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS №. 006/2022

Este parecer tem por finalidade a análise do comportamento da carteira de investimento do IPREM - Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, na competência 06/2022.

Os fundos líquidos obtiveram rentabilidade negativa de -R\$ 4.954.499,75, representando -1,29%. Os fundos ilíquidos obtiveram rentabilidade positiva de R\$ 72.138,33, representando 0,13%. Na carteira total o resultado foi de -R\$ 4.882.361,42, representando -1,11%, enquanto a meta atuarial ficou em 1,06%.

O IPCA avançou 0,67% em junho, acumulando alta de 4,80% no ano e 11,70% em 12 meses. No mês, o mercado intensificou sua preocupação em relação à desaceleração da atividade global, gerando movimento de aversão ao risco em diversos ativos, como fortalecimento do dólar em relação à maioria das moedas do mundo, a queda significativa das bolsas de diversos países e o arrefecimento de diversas commodities em dólar. No Brasil, o governo e o Congresso negociam novas formas de estimular a economia no intuito de recuperar a popularidade até as eleições, sob o pretexto de que a alta de preços vem corroendo o poder de compra da população. No mercado acionário o mês foi extremamente negativo para o S&P que atingiu novas mínimas no ano, encerrando o mês com uma queda de -8,39%. Movimento seguido pelos mercados europeus, com queda de -8,82% no mês e mercados emergentes que tiveram queda de -5,69% no mês. Seguindo a tendência de aversão ao risco, o Índice Ibovespa fechou em queda de -11,50% no mês e acumula queda de -5,99% no ano. No mês foram recuperados R\$ 413.096,31 em amortização dos fundos;

Data	Fundo Resgatado	CNPJ	Valor	
30/06/2022	FII SAO DOMINGOS	16.543.270/0001-89	R\$	331.029,62
30/06/2022	FI RF MONTE CARLO INST IMA-B 5	15.153.656/0001-11	R\$	82.066,69
TOTAL			R\$	413.096,31
Acumulado desde a intervenção			R\$ 43.029.394,31	

Analisando a rentabilidade dos últimos doze meses, os fundos líquidos acumulam um total de 4,35%, os ilíquidos -32,13% e a carteira total um resultado de -0,91%, frente a meta atuarial de 17,22%. O resultado negativo acumulado dos fundos ilíquidos se deve principalmente à reprecificações significativa que ocorreram.

Quanto ao enquadramento, o IPREM possui percentual de alocação superior ao permitido na Resolução nº 4963/2021 em 4 fundos e o percentual alocado no Artigo 7, Inciso VII, Alínea A, está superior ao permitido na Resolução CMN nº 4963/2021 e ao previsto na PAI, como pode ser observado no relatório em anexo. O desenquadramento é referente a aplicação nos fundos



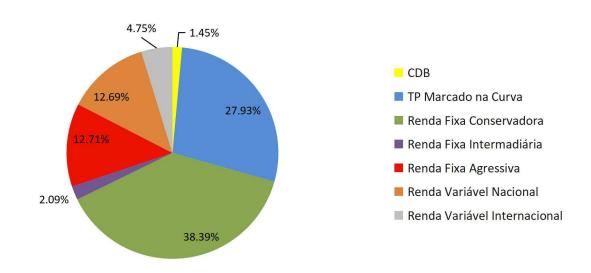




ilíquidos e ocorre devido a impossibilidade de resgate.

Conforme demonstrado no gráfico de perfil do investimento, ao final do período o IPREM contava com 1,45% do seu saldo líquido aplicados em CDB, 27,93% em Títulos Públicos Marcados na Curva, 38,39% na classe Renda Fixa Conservadora, 2,09% na classe Renda Fixa Intermediária, 12,71% na classe Renda Fixa Agressiva, 12,69% na classe Renda Variável Nacional, 4,75% na classe Renda Variável Internacional.

Perfil de Investimento



Foi feita análise de risco/retorno das carteiras por perfil de investimento no período de 12 meses. O CDB obteve rentabilidade de 1,08% no mês e 7,07% desde a aplicação. Os Títulos Públicos marcados na Curva obtiveram rentabilidade de 0,80% no mês e 5,27% desde a aplicação. No portfólio de Renda Fixa Conservadora, apenas o fundo CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES teve desempenho inferior ao CDI e o fundo ITAÚ GLOBAL DINÂMICO se destaca com o melhor desempenho da carteira. Em relação ao portfólio de Renda Fixa Intermediária, os fundos CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA e BB ALOCAÇÃO ATIVA obtiveram desempenho abaixo do benchmark no período de 12 meses. Quanto ao portfólio de Renda Fixa Agressiva, apenas a NTN-b 2045 apresentou desempenho inferior ao benchmark e a NTN-b 2024 apresenta o maior retorno e menor volatilidade no período. No portfólio de Renda Variável Nacional, os fundos CAIXA AÇÕES LIVRE FIC AÇÕES, BB ENERGIA, BB AÇÕES VALOR FIC AÇÕES, ITAÚ DIVIDENDOS FI AÇÕES e CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES apresentam desempenho superior ao benchmark, enquanto o fundo CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL FI AÇÕES apresenta o pior desempenho da carteira no período. Na Renda Variável Internacional, apenas o fundo SANTANDER GO GLOBAL EQUITY ESG REAIS apresenta resultado superior ao benchmark no período de 12 meses.







Os fundos têm sido monitorados em vários períodos temporais, para análise de aderência, rentabilidade e risco.

Face ao exposto e considerando a impossibilidade de resgate dos fundos ilíquidos, consideramos que as aplicações da carteira líquida estão em conformidade com o estabelecido na legislação vigente e na PAI.

Pouso Alegre, 20 de julho de 2022.

FATIMA APARECIDA Assinado de forma digital por FATIMA APARECIDA BELANI:45034800659

BELANI:45034800659

Dados: 2022.07.21 16:14:32

Fátirna A. Belani **Diretora Presidente**

JULIANA

MARIS GRACIANO PARREIRA.

GRACIANO
PARREIRA:

COPPA3. OU-EMBRANCO,
D06878012651

MARIS GRACIANO PARREIRA.

D1. C=BRA. O=ICP-Brasil.
D1. C=BRA. O=ICP-Brasil.
PEB. OU=RFB.
COPPA3. OU-EMBRANCO,
OU-2155437000180,
OU-2155437000180
PARREIRA.06878012861

Juliana Máris Graciano Parreira Diretora de Contabilidade

DANIELLE LARAIA DE
BARROS COBRA
RODRIGUES:84801115
601

Assinado de forma digital por
DANIELLE LARAIA DE BARROS
COBRA RODRIGUES:84801115691
Dados: 2022.07.21 17:43:10
-03'00'

Danielle Laraia de B. C. Rodrigues Presidente do Conselho Deliberativo

DANIEL **RIBEIRO** VIEIRA: 07453549639

Daniel Ribeiro Vieira Diretor de Finanças e Arrecadação

> NICHOLAS
> Assinado de forma digital por NICHOLAS FERREIRA DA FERREIRA DA 70638

SILVA:065720 SILVA:06572070638 Dados: 2022.07.21

Nicholas Ferreira da Silva **Presidente do Conselho Fiscal**



